



Entrevista

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron
(Universidade Federal Do Pará)

Prezado Professor Rafael Ivan Chambouleyron,

Espacialidades: O senhor poderia nos falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica e os trabalhos que vem desenvolvendo?

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron:

Comecei a dar aulas em 1996, na Universidade Federal do Pará. Até então, em minha graduação (concluída em 1992) e no mestrado (concluído em 1994) tinha me dedicado a estudar os jesuítas no Brasil do século XVI. Com a vinda ao Pará, direcionei inicialmente meus estudos para a compreensão da ação missionária jesuítica na Amazônia colonial (principalmente século XVII). Foi esse o tema inicial do meu doutorado, que comecei em 2001. Entretanto, à medida que fazia a pesquisa nos arquivos fui me dando conta de que precisava ampliar o enfoque, inclusive para compreender a atuação dos missionários na região. Com isso, acabei desenvolvendo uma tese sobre as políticas da Coroa para a região amazônica. A partir de então (com a conclusão do doutorado em 2005), tenho trabalhado com a história social e econômica da região amazônica no período colonial, aprofundando uma reflexão sobre a ocupação do espaço e sobre a economia colonial. Nesse

Revista Espacialidades [online]. 2017, v. 10, n. 1. ISSN 1984-817X

sentido, nos últimos dez anos tenho desenvolvido e orientado trabalhos sobre a questão da terra (notadamente a questão das sesmarias), sobre o trabalho compulsório dos índios e trabalho africano e sobre a economia das drogas do sertão.

Espacialidades: O senhor tem orientado pesquisas que se articulam com a temática dos espaços. Como o senhor avalia a importância dessa articulação, levando em consideração a História e a produção dos espaços para a formação dos novos pesquisadores?

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron:

Eu acredito que temos que incrementar cada vez o diálogo com a geografia, que pode nos ajudar a refletir sobre o espaço e sua complexidade. Esse debate não é novo (veja-se por exemplo os trabalhos de historiadores como Lucien Febvre e Fernand Braudel), mas talvez não tenhamos prestado a devida atenção à dimensão espacial das relações sociais. Não há dúvida, também, que o desenvolvimento da história ambiental tem nos ajudado a refinar essa reflexão. Por outro lado, com a expansão da pós-graduação em história no Brasil, e com o incremento na produção de pesquisa que ela acarretou, temos visto a multiplicação de pesquisas com recortes regionais, antes pouco estudados. Pode-se reclamar da fragmentação espacial da pesquisa em história, mas eu justamente acredito que temos que apostar numa nova história regional. Não uma história regional que defenda e naturalize regionalismos (contra os quais nos têm alertado pesquisadores como Durval Muniz, da UFRN), mas uma história regional que aposte na compreensão das especificidades regionais (a partir de um conceito de região que sirva como ferramenta de análise para o pesquisador). O Brasil é heterogêneo demais para confiarmos em modelos explicativos gerais que deem conta desse imenso território. Acredito assim que a fragmentação (espacial) pode ser positiva, para dar conta da heterogeneidade e nos ajudar a abandonar uma história excessivamente centrada nos quadros do Estado

nacional, ou na eleição de centros dinâmicos a partir dos quais se explica a história das periferias.

Espacialidades: O processo de conquista e territorialização da região que hoje conhecemos como Amazônia teve grande impulso a partir da exploração das chamadas “drogas do sertão”, um termo que nos remete a uma categoria espacial que é muito valiosa para os estudos da História e produção dos espaços: o(s) sertão(ões). Ao pensarmos nessa categoria, tendemos a ser direcionados ao(s) sertão(ões) de clima semiárido e inóspito que verificamos na caatinga presente no Nordeste brasileiro. Gostaríamos que o senhor nos respondesse: enquanto categoria espacial, o que caracteriza e particulariza o(s) **sertão(ões) amazônico(s)**?

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron:

Acredito que o geógrafo Antônio Robert Moraes definiu muito bem o sertão como uma “ideologia geográfica”. Nesse sentido, não há como associá-lo, pelo menos para compreender o mundo colonial, a uma materialidade decorrente de aspectos da paisagem. Nesse sentido, o sertão ou os sertões amazônicos são múltiplos e recheados de múltiplos significados, dependendo do lugar a partir de onde essa representação espacial é construída. Não há dúvida que, em muitos textos coloniais, o termo sertão se assemelha a muitas das definições que se empregavam em outros espaços coloniais, notadamente no que hoje denominamos de região nordeste. Mas o sertão amazônico, e no caso específico, os sertões dos rios do Pará colonial, era o lugar onde os moradores encontravam as riquezas e os trabalhadores (escravos ou não) que permitiam explorá-las. Assim, o significado do sertão pode ser em muitos casos exatamente o oposto de uma noção veiculada e transformada em imagem fundamental para a nação brasileira. É por isso que nos séculos XVII e XVIII, na Amazônia, o termo sertanejo significava aquele que conhecia o sertão e não que habitava o sertão. É que se desenvolve nos vastos sertões amazônicos aquilo que uma historiadora norte-americana chamada Heather Roller chamou de “cultura da mobilidade”, que no meu entender, vincula de maneira inseparável as

regiões mais longínquas às cidades do “litoral”, como Belém e São Luís. Enfim, como se pode ver, estamos falando de outros “sertões”, que, no entanto, desapareceram da linguagem cotidiana nos dias de hoje na Amazônia (e esse é um ótimo tema para se investigar).

Espacialidades: De que maneira sua abordagem sobre as revoltas setecentistas nos Estados do Maranhão e Grão-Pará se afasta da abordagem tradicional da historiografia sobre os ocorridos?

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron:

Não sei se diria que ela se afasta da abordagem tradicional sobre as revoltas de 1661 e de 1684. Com relação à historiografia produzida no Pará e o no Maranhão no século XX, acho que fiz um esforço em compreender as duas revoltas no contexto de transformações que decorrem, de um lado, da chamada restauração do reino de Portugal e, de outro, das novas políticas da Coroa para a região amazônica. Mas, é preciso dizer que essas duas questões têm sido amplamente estudadas pela historiografia mais recente. Nesse sentido, meus trabalhos sobre as revoltas se inserem em movimentos de renovação historiográfica mais gerais.

Espacialidades: Uma categoria espacial muito presente em seus estudos é a **fronteira**. Qual a relevância dessa categoria para os estudos sobre a Amazônia colonial?

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron:

A Amazônia colonial é uma vasta fronteira – e um dos muitos significados do sertão está relacionado a ela. Aliás, são muitas fronteiras, com terras de Castela, da Holanda, da França e, é claro, com inúmeros territórios indígenas que os portugueses sabiam em parte reconhecer. Não há como fugir da fronteira como perspectiva para compreender a Amazônia colonial. Nos meus trabalhos mais centrados nas políticas da Coroa portuguesa para a

região, a fronteira é um elemento fundamental para entender como os portugueses conceberam o espaço. Felizmente, nos últimos anos, a temática da fronteira tem sido muito trabalhada nos estudos sobre a Amazônia colonial, e, felizmente também, jovens doutores brasileiros têm realizado suas pesquisas nos acervos de arquivos sediados em outros países amazônicos para poder entender a complexidade e dinâmica da fronteira amazônica. Inclusive, tem se incrementado a cooperação com historiadores de outros países, como o Peru e a Colômbia, o que nos permite ter uma perspectiva muito mais ampla e enriquecedora das zonas de fronteira amazônica e suas especificidades.

Espacialidades: O tema do dossiê desta edição é “A rejeição ao outro: espaços de não reconhecimento nas relações de alteridade”. De que forma o senhor acredita que suas pesquisas se articulam com o esse tema?

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron:

A temática me parece fundamental, ainda mais para quem estuda o período colonial. A discussão sobre as sesmarias e os conflitos com os índios decorrentes da expansão do gado na fronteira oriental do Estado do Maranhão e Pará, por exemplo, pode ser estudada não só através das guerras e “desinfestação” dos sertões como se dizia à época, mas também através da negação da paisagem indígena, ou seja, da intervenção dos índios na construção da paisagem. Ou também do seu não reconhecimento. Tornar o espaço do outro invisível é também negar a sua capacidade de intervir e construir relações sociais no espaço.